



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Jurídica

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo nº 02/2020

Modalidade: Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº 01/2020

Edital nº: 01/2020

Tipo: Menor Preço por Item

Recorrente: Vision Center – Centro Especializado em Doenças Oculares e Cirurgia Ltda – EPP

I DAS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO

Trata-se de recurso interposto pela empresa Vision Center – Centro Especializado em Doenças Oculares e Cirurgia Ltda – EPP, contra a decisão que a inabilitou em face da inobservância ao disposto no item 12.1.1, letra ‘m’ do Edital, por não apresentação de alvará sanitário compatível com o objeto da licitação.

Aduz, em síntese, que apresentou documento expedido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, datado de 19 de novembro de 2018, com validade até 18 de novembro de 2019, acompanhado do protocolo do pedido de renovação apresentado à Prefeitura Municipal de Uberlândia em 24/10/2019 e, ainda, o termo de vistoria realizada pela Vigilância Sanitária, datado de 13/12/2019, que atesta a inexistência de qualquer irregularidade.

Sustenta, em síntese, que o alvará sanitário vencido e o protocolo de pedido de renovação, ao revés do decidido, atende ao edital, e que a decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Jurídica

II DA INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO APRESENTADO

Aduz o Recorrente que a lavratura da ata que a inabilitou se deu em 27/01/2020 e que o prazo para interpor recurso administrativo é de 05 (cinco) dias úteis, razão pela qual, o prazo final seria em 03/02/2020.

Ocorre que o prazo de 05 (cinco) dias para a apresentação de recurso contra a decisão que inabilita o(a) licitante, está previsto no art. 109 da Lei 8.666/93, senão vejamos:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;

[...]

No presente caso, trata-se de licitação pública na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços nº 01/2020, regida pela Lei nº 10.520/2002, sendo que, a aplicação da Lei 8.666/93 ocorre apenas de forma subsidiária nas situações em que se verifiquem a incompatibilidade com a natureza ou com as peculiaridades desta modalidade de licitação.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já manifestou-se nos seguintes termos: “À licitação na modalidade pregão, aplicam-se, subsidiariamente, disposições da Lei 8.666/93”. (REsp nº 822.337/MS, 1ª T., rel, Min. Francisco Falcão, j. em 16.05.2006, DJU de 01.06.2006.)

Ocorre que a Sessão do Pregão foi realizada no dia 27 de janeiro de 2020 e o recurso foi protocolado nesta data, 31 de janeiro de 2020, às 09:03:54 h, conforme ² Protocolo nº 0031538/2020, sem que o Recorrente tenha manifestado o interesse em



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Jurídica

recorrer, conforme disposto em ata, em desrespeito ao Item 14.1 do edital e ao art. 4º, inciso XVIII da Lei n.º 10.520/2002.

De acordo com o referido dispositivo legal:

Art. 4º.

[...]

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

[...]

Não obstante, o Item 14.1 do Edital assim estabeleceu: “14.1- Todos os recursos serão interpostos no final da sessão, com registro em ata, da síntese das suas razões e contrarrazões, podendo os interessados juntarem memoriais no prazo de 03 (três) dias”.

Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme ementa abaixo transcrita:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. TEMPESTIVIDADE. 1. O recurso administrativo na modalidade “pregão” deve ser interposto na própria sessão. O prazo de três dias é assegurado apenas para oferecimento das razões. Dessarte, se manejado a posteriori, ainda que dentro do prazo de contra-razões, revela-se intempestivo. Inteligência do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002. 2. Recurso especial provido. (STJ – REsp: 817422 RJ 2006/0025468-6, Relator Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 28/03/2006, T2 – SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 05.04.2006, p. 183.)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Jurídica

Com efeito, a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importa em decadência do direito de recurso conforme dispõe o art. 4º, inciso XX da Lei n.º 10.520/2002, senão vejamos: “XX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor”.

Com efeito, está prejudicada a análise de mérito do recurso interposto, em face de sua manifesta intempestividade.

III DA DECISÃO

Posto nestes termos, considerando a manifesta intempestividade, com fundamento nos incisos XVIII e XX do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, e em observância ao disposto no Item 14.1 do Edital:

- a) NÃO CONHEÇO do recurso administrativo interposto pela empresa Vision Center – Centro Especializado em Doenças Oculares e Cirurgia Ltda – EPP.
- b) submeto a presente decisão à autoridade superior para apreciação e posterior ratificação.

Monte Carmelo, 31 de janeiro de 2020.


Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro